



# Serviço Público Federal

## Conselho Federal de Economia

### Conselho Regional de Economia do Acre – 23ª Região

*Resolução nº. 07/2023- CORECON-AC 23ª REGIÃO -AC*

*Dispõe sobre os valores das Contribuições Parafiscais, taxas e emolumentos devidos ao Conselho Regional de Economia da 23ª Região, para o exercício de 2024 – pessoa física e pessoa jurídica*

O CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA DA 23ª REGIÃO - AC, no uso de suas atribuições legais e regulamentares conferidas pela Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, com suas atribuições posteriores pelo Decreto nº 31.794/52 e demais alterações posteriores;

**CONSIDERANDO** os termos da Resolução do Conselho Federal de Economia nº 2.140/2023, de 04 de outubro de 2023, que dispõe sobre a faculdade de fixar, cobrar e executar as anuidades, multas por violação ética e outras obrigações definidas nos termos dos artigos 17 e 19 da Lei nº 1.411/1951 e pelo artigo 4º da Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011;

**CONSIDERANDO** que, em obediência ao princípio tributário da anualidade, os tributos são estabelecidos no ano anterior ao de sua vigência;

#### **R E S O L V E:**

**Artigo 1º** - Aprovar o valor praticado para o exercício 2024 para as cobranças de Contribuições Parafiscais, Taxas e Emolumentos devidos ao Conselho Regional de Economia – 23ª Região – AC pelas pessoas físicas e pessoas jurídicas, vinculadas para exercício de 2024, aplicando-se de acordo com as disposições constantes na Resolução do COFECON nº 2.140/2023 e observando-se o disposto neste artigo:

**§ 1º** – Para pessoa física, o valor integral de **R\$ 612,81 (seiscentos e doze reais e oitenta e um centavos)**;

**§ 2º** – Para pessoa jurídica individual e pessoa jurídica com Capital de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), o valor integral de **R\$ 766,01 (setecentos e Sessenta e seis reais e um centavo)**;

**§ 3º** Serão concedidos descontos para pagamentos em cota única nas seguintes datas do ano de 2024, sobre o valor definido no **§ 1º**:



# Serviço Público Federal

## Conselho Federal de Economia

### Conselho Regional de Economia do Acre – 23ª Região

Data de pagamento	Percentual de desconto	Valor a pagar
Até 31 (trinta e um) de janeiro	10% (dez por cento)	R\$ 551,53*
Até 29 (vinte e nove) de fevereiro	5% (cinco por cento)	R\$ 582,17**
Até 31 (trinta e um) de março	Sem Desconto	R\$ 612,81***

\*Por extenso: Quinhentos e cinquenta e um reais e cinquenta e três centavos;

\*\*Por extenso: Quinhentos e oitenta e dois reais e dezessete centavos;

\*\*\*Por extenso: Seiscentos e doze reais e oitenta e um centavos.

**III – Para demais pessoas jurídicas, conforme tabela abaixo:**

FAIXAS DE CAPITAL	
Até R\$ 10.000,00	R\$ 766,01
Acima de R\$ 10.000,00 até 50.000,00	R\$ 1.008,07
Acima de R\$ 50.000,00 até 200.000,00	R\$ 2.016,15
Acima de R\$ 200.000,00 até 500.000,00	R\$ 3.024,22
Acima de R\$ 500.000,00 até R\$ 1.000.000,00	R\$ 4.032,29
Acima de R\$ 1.000.000,00 até R\$ 2.000.000,00	R\$ 5.040,35
Acima de R\$ 2.000.000,00 até R\$ 10.000.000,00	R\$ 5.915,74
Acima de R\$ 10.000.000,00	R\$ 8.064,60

**IV – A anuidade 2024 será paga até 31 de março de 2024, salvo a primeira que se fará no ato da inscrição ou registro, conforme preceitua o § 1º do artigo 17 da Lei nº 1.411/1951.**

**V – Ficam concedidos descontos no pagamento em cota única da Contribuição Parafiscal de pessoas físicas e pessoas jurídicas do exercício de 2024, de 10% (dez por cento), quando**



# Serviço Público Federal

## Conselho Federal de Economia

### Conselho Regional de Economia do Acre – 23ª Região

efetuado o pagamento até o dia 31 de janeiro de 2024 de 5% (cinco por cento) até o dia 29 de fevereiro de 2024 e pelo valor integral (sem desconto) até o dia 31 de março de 2024;

§1º O valor das anuidades referentes ao registro secundário de pessoas jurídicas corresponderá à metade do quanto devido pela matriz ou estabelecimento central;

VI - Os pagamentos das anuidades de pessoas físicas e pessoas Jurídicas referentes ao exercício de 2024 poderão ser efetuados em até 03 (três) parcelas iguais e consecutivas, sem descontos, sendo que os vencimentos deverão ser fixados nas seguintes datas no ano de 2024:

Sem Desconto	Data de Pagamento
1ª parcela	Até 31 (trinta e um) de janeiro
2ª parcela	Até 29 (vinte e nove) de fevereiro
3ª parcela	Até 31 (trinta e um) de março

**Artigo 1º** - O CORECON-AC emitirá os boletos, com os respectivos códigos de barras, contendo os valores nominais de cada parcela.

**Artigo 2º** - Os pagamentos das anuidades em atraso de pessoas físicas e pessoas jurídicas poderão ser efetuados de acordo com as disposições constantes na Resolução do COFECON nº1.853/2011;

**Parágrafo único** - As anuidades em atraso serão atualizadas conforme o disposto na Resolução do COFECON nº 1.853, de 28 de maio de 2011;

**Artigo 3º** - O CORECON-AC emitirá o Boleto Bancário para Pessoas Físicas e Jurídicas que possuírem débitos em anos anteriores ou promoverem acordo previsto nas normas vigentes no âmbito do COFECON;

**Parágrafo único** - O pagamento da contribuição parafiscal de acordo com o previsto no caput não quitará débitos anteriores;

**Artigo 4º** - Fixar o valor integral dos emolumentos e taxas diversos devidos ao CORECON/AC pelas pessoas físicas e jurídicas, conforme preceitua a Resolução do COFECON nº 2.140/2023, de acordo com a tabela abaixo:



# Serviço Público Federal

## Conselho Federal de Economia

### Conselho Regional de Economia do Acre – 23ª Região

Fato gerador	Valor R\$
Emissão de certidões de qualquer natureza, solicitadas por pessoas jurídicas, incluídas as de regularidade de funcionamento, alteração de nome ou de razão social	R\$ 107,71
Registro e reinscrição pessoa física	R\$ 70,00
Expedição de carteira de identidade profissional ou carteira de perito	R\$ 70,00
Expedição de carteira de identidade na substituição ou emissão de 2ª via	R\$ 70,00
Taxa de cancelamento de registro de pessoa física ou jurídica	R\$ 70,00
Emissão de certidão de regularidade pessoa física	R\$ 68,88
Emissões de certidões, exceto de regularidade, solicitadas por pessoas físicas (alteração de nomes e especializações profissional etc.)	R\$ 80,00
Emissão de Certidão de Acervo Técnico – CAT, para pessoa física e para pessoa jurídica.	R\$ 200,00
Registro e reinscrição de pessoa jurídica (inscrição original)	R\$ 296,82
Registro secundário de pessoa jurídica	R\$ 140,27
Emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)	R\$ 323,13

**Parágrafo único** - A certidão de regularidade de pessoa física e jurídica será isenta da cobrança de emolumentos quando for emitida pela internet.

**Artigo 5º - Definir** com base na Lei 12.514/2011, os limites para cobrança das multas por descumprimento aos dispositivos das Leis nos 1.411/51, 6.839/80 e do Decreto nº 31.794/52.

TIPIFICAÇÃO DA INFRAÇÃO	DISPOSITIVO INFRINGIDO	VALOR DA MULTA
I - exercício ilegal da profissão por bacharel em ciências econômicas não registrado.	Arts. 14 e 18, 19 da Lei nº 1.411	De 5% até 150% do valor da anuidade vigente para período em que a multa for aplicada
II - exercício ilegal da profissão por não graduado em ciências econômicas	Arts. 14 e 18, 19 da Lei nº 1.411/1951	De 5% até 250% do valor da anuidade vigente para período em que a multa for aplicada



# Serviço Público Federal

## Conselho Federal de Economia

### Conselho Regional de Economia do Acre – 23ª Região

III - falta de registro de empresa prestadora de serviços de economia e finanças	Parágrafo Único do Art. 14, 18,19 da Lei nº 1.411 e Art. 1º da Lei nº 6.839/80	De 5% até 250% do valor da anuidade vigente para o período em que a multa for aplicada, tendo como base o valor do capital social.
IV - ausência de economista devidamente registrado para assunção de responsabilidade técnica no caso de pessoa jurídica prestadora de serviços de economia e finanças não registrada	Art. 1º da Lei nº 6.839 c/c art. 18 e 19 da Lei nº 1.411/1951	De 5% até 250% do valor da anuidade vigente para o período em que a multa for aplicada, tendo como base o valor do capital social.
V - ausência de economista devidamente registrado para assunção de responsabilidade técnica no caso de pessoa jurídica prestadora de serviços de economia e finanças registrada	Art. 1º da Lei nº 6.839 c/c art. 18 e 19 da Lei nº 1.411/1951	De 5% até 150% do valor da anuidade vigente para o período em que a multa for aplicada, tendo como base o valor do capital social.
VI - conivência das firmas individuais, empresas e entidades nas infrações tipificadas nos incisos I e II deste artigo.	Parágrafo 1º do art. 19 da Lei nº 1.411 c/c art. 1º lei 6.839/1980	De 5% até 150% do valor da anuidade vigente para o período em que a multa for aplicada, tendo como base o valor do capital social.
VII – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos ou intervir na sua atuação por pessoa jurídica ou por pessoa física (embaraço ou obstrução à fiscalização)	a) Art. 5º, V c/c art. 6º, I da Lei nº 12.846/2013 ou b) Art. 1º da Lei 6839/1980 c/c art. 18 e 19 da Lei 1.411, de 1951	a) De 0,1% 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ou R\$ 6.000,00 a R\$ 60.000,00,00 caso não seja possível utilizar critério do valor do faturamento. b) até 150% do valor da anuidade calculada com base no capital social

**§ 1º** - Além das infrações descritas no artigo 5º desta Resolução, o Conselho Regional de Economia 23ª Região/Acre, também poderá cobrar multa de 250% (duzentos e cinquenta por cento) do valor da anuidade vigente pelas demais infrações aos dispositivos das Leis nos 1.411/51, 6.839/80 e do Decreto nº 31.794/52;

**§ 2º** - Em caso de reincidência da mesma infração, praticada dentro do prazo de dois anos, a multa será elevada ao dobro, na forma do Art. 19 da Lei nº 1.411/51;



# **Serviço Público Federal**

## **Conselho Federal de Economia**

### **Conselho Regional de Economia do Acre – 23ª Região**

---

**Artigo 5º** - A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2022.

Rio Branco, 24 de outubro de 2023

Econ. Aldenir Gomes de Paiva